

(RE)ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO ALINHADO À BNCC: UM DESAFIO PARA AS ESCOLAS ESTADUAIS DE TEFÉ-AM

INTRODUÇÃO

A realidade das escolas públicas do Brasil enfrenta inúmeros desafios que necessitam de apoio para o desenvolvimento da função social. E o Projeto Político Pedagógico (PPP) é tido como um desses apoios. O PPP é considerado um documento que facilita e organiza as atividades pedagógicas, administrativas e comunitárias da escola. Ele tem sua construção coletiva e nasce da realidade escolar. Quando a escola cria e efetiva espaços de participação coletiva para seus vários segmentos, ela instala também um diálogo entre os pares.

Existem divergências no espaço escolar difíceis de serem superadas gerando, muitas vezes, até conflitos. E para evitar esses conflitos é preciso que a instituição escolar planeje e desenvolva ações não apenas para prevenir, mas também para saná-los por meio do diálogo e da mediação dos conflitos.

Construir o PPP de uma escola por meio da participação coletiva, na íntegra, é realmente desafiador, para alcançar essa meta a escola enfrenta vários desafios. E é sobre esses desafios que será feita uma análise neste trabalho, visando contribuir para uma melhor forma de proporcionar aos sujeitos envolvidos no processo de reelaboração do PPP, informações que possam ser utilizadas como ferramenta norteadora para construção desse documento escolar que é o instrumento da verdadeira gestão democrática.

Elizangela Sotério Litaiff



Universidad San Carlos (USC)
elizangela.soterio@usc.edu.py

**Dr.^a Stânia Nágila Vasconcelos
Carneiro**



Centro Universitário Católica de
Quixadá (UniCatólica)
stanianagila@unicatolicaquixada.edu.br

OBJETIVOS

Geral

Compreender quais os fatores que interferem na (re)elaboração do Projeto Político Pedagógico alinhado à Base Nacional Comum Curricular nas escolas públicas tornando sua realização uma tarefa de grande desafio para a comunidade escolar.

Específicos

- Destacar que a (re)elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos alinhados à BNCC, de forma participativa com todas as representações da comunidade escolar, contribui para uma gestão democrática;
- Conhecer os motivos que levam as escolas a não utilizarem os Projetos Políticos Pedagógicos no cotidiano escolar como ferramentas norteadoras de suas ações pedagógicas;
- Propor iniciativas ou ações que possam ser tomadas pelas escolas para contribuir com o desenvolvimento do plano de ação para a reelaboração e implementação de um PPP.

METODOLOGIA

Esta Pesquisa foi de caráter bibliográfico, documental; estudo de caso; descritivo-explicativa e qualitativa. Os locais da pesquisa foram as Escolas da rede Estadual de Ensino (SEDUC), sendo 16 Escolas no total. A população e amostra foram: Docentes que atuam entre as 16 (dezesesseis) escolas da SEDUC, no município de Tefé-AM. Sendo: 16 gestores; 16 pedagogos; 32 professores; 32 representantes do C. E Totalizando: 96 participantes. No Critérios de Exclusão foram excluídos os professores, os alunos e comunidade escolar das escolas da rede municipal de Tefé que não faziam parte do C.E. Para a coleta de dados utilizou-se questionários (fechados) aplicados aos representantes do Conselho Escolar de cada escola. Foi realizada também entrevista semiestruturada com os gestores, os pedagogos e os professores, além da observação assistemática. Na Análise de Dados foi feita a análise descritiva baseada no confronto com a literatura.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No município de Tefé, existem 16 (dezesesseis) escolas da Rede Estadual de ensino, tendo como mantenedora, a Secretaria de Educação de Estado (SEDUC).

Ao se fazer a pesquisa acerca do Projeto Político Pedagógico, pode-se afirmar que todas as escolas possuem essa ferramenta elaborada, porém, somente cinco desses PPPs foram aprovados pelo Conselho Estadual de Educação do Amazonas. Essa aprovação foi no ano de 2015.

E por conta das novas orientações para reelaboração do PPP, com intuito de alinhar esse documento a BNCC e as mudanças de políticas educacionais, como é o caso do Novo Ensino Médio (NEM), todas as escolas precisam fazer atualizações nos PPPs existentes.

E de acordo com os dados coletados, as escolas que ofertam o Ensino Médio estão tendo dificuldades e dúvidas sobre a estrutura curricular do Novo Ensino Médio. Isso acaba dificultando o trabalho de atualização e reelaboração do PPP. Sendo assim, certamente, essas escolas precisam de formações continuadas que possam esclarecer as dúvidas dos mesmos sobre essa nova estrutura, além de tempo reservado para realizarem momentos de estudos e debates sobre como contemplar o Novo Ensino Médio no escopo do PPP.

No que se refere à utilização desse documento como ferramenta norteadora das atividades educacionais realizadas pelas escolas, foi percebido que os educadores não levam em consideração essa ferramenta no seu cotidiano. A maioria das escolas mantém os PPPs engavetados, sendo utilizado apenas para sanar as cobranças burocráticas da SEDUC.

Foi notado também, que os PPPs não ficam disponíveis em local acessível para que a comunidade escolar possa manuseá-los. Das dezesseis escolas, somente duas deixam o PPP disponível na sala pedagógica da escola. Nas demais escolas, conforme observação realizada, os PPPs se encontram engavetados nos armários arquivos da Diretoria ou da Secretaria da escola.

E sobre as dificuldades encontradas para a elaboração e implementação do PPP, nas escolas, foram citadas as seguintes: 1. falta de disponibilidade de horário para reunir toda a comunidade escolar para elaboração do PPP; 2. dúvidas sobre o novo documento orientador e alterações feitas na atualidade sobre os PPPs; 3. contar com a participação de todos para a tomada de decisões para a elaboração do PPP; 4. a falta de utilização do PPP para orientar as atividades educativas que são desenvolvidas na escola.

CONCLUSÕES

Durante o percurso do desenvolvimento dessa pesquisa pôde-se perceber que nas 16 (dezesseis) escolas que foram objetos de pesquisa, alunos, pais, professores, secretários, pedagogos, gestores e demais funcionários compartilham dos mesmos problemas que ocorrem na escola.

No entanto, não se observa uma participação ativa acerca da (re) elaboração PPP. Levando isso em consideração, pode-se concluir que a falta de participação ativa e envolvimento de todos os segmentos da comunidade escolar é a grande problemática que dificulta a elaboração e a implementação do PPP. Notou-se também, que não existe tempo reservado no calendário escolar para essa ação, ou quando existe deixa de acontecer porque existem “prioridades” mais urgentes.

Pôde-se perceber ainda, que embora o PPP das Escolas pesquisadas tenham sido elaborados procurando envolver todos os segmentos da comunidade escolar, existe uma grande lacuna sobre o conhecimento do próprio documento e de sua importância para nortear todas as práticas pedagógicas da escola. Deduz-se assim que o PPP ainda não se constitui um espaço de convergência dos interesses da comunidade como um todo.

Ao realizar a observação dos espaços escolares, notou-se que esse documento não fica à disposição da comunidade escolar para consulta ou leitura. O que nos remete a pensar que realmente os PPPs continuam engavetados e que são elaborados apenas para cumprimentos burocráticos.

O que é uma pena, já que o PPP é um documento que retrata a realidade da escola em seu diagnóstico, mas está sendo muito pouco usado como base para nortear as ações que possam trazer a efetiva mudança almejada pelos sujeitos da comunidade escolar.

Diante disso, é preciso ampliar as discussões sobre o que é o PPP, bem como a sua importância, para todos segmentos da instituição, necessita-se também socializá-lo entre os pares buscando um maior engajamento e comprometimento de todos, discutindo sobre as dificuldades diagnosticadas, com a finalidade de atingir os objetivos almejados, visando envolver também os sujeitos que não participaram tão ativamente do projeto e muitas vezes se afastam de ações que visem à formação mais completa dos educandos.

Mas, para que isso se efetive a equipe gestora da escola deve-se constituir em liderança, atuando no sentido de manter o envolvimento de todos nas ações de (re)elaboração e de implementação do PPP. Esse envolvimento almejado é desafiador, porém possível de se conseguir.

Concluiu-se ainda, que existe uma grande dificuldade na estruturação do documento, pois existem muitas dúvidas entre os participantes da pesquisa sobre como organizar o PPP, principalmente após a homologação da Base Nacional Comum Curricular, que deixou o sistema educacional brasileiro com uma nova roupagem. Essa mudança, como é o caso das escolas de Ensino Médio, geram muitas dúvidas de como alinhar o PPP à BNCC. Uma solução para isso seria a oferta de formações continuadas para o corpo docente da escola, com temáticas voltadas para esse fim, após a formação os docentes passariam a ser multiplicadores de informações para os demais segmentos da comunidade escolar. E com isso poder em conjunto trabalharem na construção do Projeto Político Pedagógico de suas escolas.

AGRADECIMENTOS

Aos meus verdadeiros amigos que muito contribuíram e me deram força para alcançar essa meta almejada, gratidão por tudo em que vocês me ajudaram, pois se não fosse pelo apoio deles eu não conseguiria chegar até aqui.

Agradeço também aos meus professores que muito contribuíram para a construção de minha formação acadêmica, em especial a minha primeira professora Núbia Litaiff (minha grande inspiração) na área da educação.

À professora Stânia Nágila Vasconcelos Carneiro, pela dedicação em suas orientações prestadas na elaboração deste trabalho, me incentivando e colaborando no desenvolvimento de minhas ideias.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. Lei nº 4.183, de 26 de junho de 2015. Aprova o Plano Estadual Educação do Estado do Amazonas e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado do Amazonas**, Manaus, 26 jun. 2015.

ARCE, P.; GUARALDO, S. Projeto político-pedagógico alinhado à BNCC. **Nova Escola**, 2021. Disponível em: <http://cursos.novaescola.org.br/cursos/11282/atualizacao-do-ppp-de-aordo-com-a-bncc/resumo>. Acesso em: 07 fev. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001 - 2008**. Brasília: INEP, 2009.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base nacional comum curricular**. Brasília, DF: MEC, 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/maio-2016-pdf/40791-bncc-proposta-preliminar-segunda-versao-pdf/file>. Acesso em: 15 dez. 2022.

FERREIRA, N. C. **Gestão democrática da educação**: atuais tendências, novos desafios. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GADOTTI, M. **Pressupostos do projeto pedagógico**. 1994. Brasília: MEC/Sef, 1994. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/directbitstream/60b90f87-e2ec-44d3-8c2a-2d5555706aaa/Pressupostos%20do%20projeto%20pedag%C3%B3gico%20%281994%29.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2024.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. **Autonomia da escola: princípios e propostas**. São Paulo: Cortez, 1997.

GUIMARÃES-IOSIF, R. **Educação, Pobreza e desigualdade no Brasil**: impedimentos para a cidadania global emancipada. Brasília: Liber Livro, 2009.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia científica**. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

PROJETO Político Pedagógico. **ESCON**, Minas Gerais, 2020. Disponível em: <http://24672ed87af4b332a7f687222bc68153.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2021.

SILVA, M. A. de O. **Organização e desafios da gestão escolar**. Indaial: UNIASSELVI, 2013.

TEFÉ. A História de Tefé. **Tefé**, [S. d.]. Disponível em: <https://tefe.am.gov.br/conheca-tefe/>. Acesso em: 15 ago. 2023.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELOS, C. dos S. **Disciplina**: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola. 7. ed. São Paulo: Libertad, 1989.

VASCONCELOS, C. dos S. **Planejamento**: Plano de Ensino Aprendizagem e Projeto Educativo. São Paulo: Libertad, 2006.

VEIGA, I. P. A. (org.). **Escola**: Espaço do Projeto Político Pedagógico. Campinas: Papyrus, 1998.

VEIGA, I. P. A. (org.). **Projeto político-pedagógico**: uma construção possível. 6. ed. Campinas: Papirus, 1999.

VEIGA, I. P. A. **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 14. ed. Campinas: Papirus, 2002.

VEIGA, I. P. A. **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 29. ed. Campinas: Papirus, 2013.